



Revista Brasileira do Caribe

ISSN: 1518-6784

revista_brasileira_caribe@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Ferraz Tedesco, Maria do Carmo

Histórias que se entrelaçam. Sociedade dos Prazos: uma experiência europeia na África

Revista Brasileira do Caribe, vol. VII, núm. 14, enero-junio, 2007, pp. 401-414

Universidade Federal de Goiás

Goiânia, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159114257006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Histórias que se entrelaçam. Sociedade dos Prazos: uma experiência européia na África

Maria do Carmo Ferraz Tedesco
(CEPAE-UFG)

Resumo

A proposta deste trabalho é refletir sobre a ambivalência decorrente da situação colonial a partir do discurso de um europeu que, no início do século XX (1927), escreve o romance: *Zambeziãna. Cenas da Vida Colonial*, uma preciosa narrativa sobre a decadência de uma forma de sociedade híbrida desenvolvida às margens do rio Zambeze, em Moçambique. Ali viveram os *mozungos* ou *prazeiros*: europeus, reinóis goeses, mestiços e africanos de raiz que constituíram uma espécie de aristocracia rural local, possuidora de poder e riqueza lendários. Diversos estudos acadêmicos têm promovido um esforço de compreensão do lugar enunciativo do sujeito colonial, da situação de fronteira por ele ocupada e da posição intermediária e híbrida entre o discurso africano e o ocidental. Este estudo busca um outro olhar ao analisar o discurso de um europeu sobre uma situação similar vivida por seus conterrâneos em África, indivíduos que abandonaram hábitos ocidentais e adotaram aspectos de vida africanos.

Palavras-chave: Romance, hibridismo, fronteira

Resumen

La propuesta del presente trabajo es reflexionar con respecto a la ambivalencia de la situación colonial desde el discurso de un europeo que, en principios del siglo

* Artigo recebido em Janeiro de 2006 e aprovado para publicação em dezembro de 2006

Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, vol. VII, n° 14, p. 401-414, 2007

XX (1927), escribió la novela *Zambeziana: Cenas da Vida Colonial*, una preciosa narrativa sobre la decadencia de un tipo de sociedad híbrida desarrollada en las orillas del río Zambeze, en Mozambique. Ahí vivieron los *mozungos* o *prazeiros* europeos, portugueses nacidos en Goa, mestizos y africanos de nacimiento que han formado un tipo local de aristocracia rural, poseedora de una riqueza y poder legendarios. Diversos estudios académicos han desarrollado un esfuerzo de comprensión del lugar enunciativo del sujeto colonial, de la situación de frontera ocupada por él y de la posición intermedia e híbrida entre los discursos africano y europeo. Ese estudio busca ofrecer una mirada diversa partiendo del análisis del discurso de un europeo sobre una situación semejante vivida por sus coterráneos en África, que han olvidado sus costumbres occidentales e incorporado nuevos modos de vida africanos.

Palavras claves: Novela, hibridismo, frontera

Abstract

The aim of this study is to reflect on the resulting ambivalence from colonization through the analysis of discourse by an European author that, in the beginning of XX century (1927), wrote the novel: *Zambeziana. Cenas da Vida Colonial*. This is a beautiful piece of narrative about the decline of a hybrid form of society, developed along the bank of Zambeze River, Mozambique, where the *mozungos* or *prazeiros* lived: Europeans, Portuguese born in Goa, *mestizos* (racially mixed) and Africans that established a local rural aristocracy, owners of power and legendary wealth. Various scholarly studies have promoted an attempt to the understanding of the enunciative place of colonial people, the frontier situation occupied by these people, and the intermediate and hybrid position between Western and African discourses. This study explores another point of view when analyzing the discourse of a European about a similar situation lived by compatriots that renounced to Western customs and acquired African ways of life.

Keyword: Novel, hybridism, frontier

O objetivo deste trabalho é apresentar uma experiência particular de colonização conhecida como Sociedade dos Prazos, uma forma de organização iniciada pelos portugueses em Moçambique, em meados do século XVII, às margens do rio Zambeze, tendo se estendido no sentido leste-oeste, desde o Oceano Índico até a re-

gião do Zumbo. Esta sociedade foi marcada por um modo de vida híbrido desenvolvido pelos *mozungos* ou *prazeiros* que constituíram uma espécie de aristocracia rural local, possuidora de poder e riqueza lendários. Sua decadência, ocorrida em novo momento colonial (fim do século XIX), será analisada a partir do romance *Zambeziana. Cenas da Vida Colonial*, publicado em Lisboa, em 1927, escrito por Felipe Emílio de Paiva, sob o pseudônimo de Emílio de San Bruno, quando um outro olhar e um novo discurso sobre o *Outro* estava sendo gestado.

O Sistema de Prazos da Zambézia consistia em terras doadas pela coroa no ultramar, uma espécie de sesmarias, atribuídas a pessoas do sexo feminino, com o objetivo de “expandir a civilização portuguesa e a cristianização”, além deste projeto de natureza cultural e política havia razões práticas, como ocupar efetivamente o local, desenvolver atividades agrícolas, recolher impostos dos indígenas, etc. (MAR, 1975: 29). Oliveira Martins tem uma posição bastante negativa em relação àqueles que constituíram o grosso dos prazeiros portugueses classificando-os como o “lixo do lixo” da sociedade portuguesa (MAR, 1975: 25).

A historiografia descreve os prazeiros como forças políticas bastante independentes da Coroa, estendendo suas propriedades muito além das doações originais e exercendo um poder político e administrativo bastante amplo ao estabelecer acordos com reinos e autoridades nativas, promover guerras particulares, instituir impostos, criar normas e punições em suas terras independentemente das determinações dos capitães-mor, administradores ou da Coroa.

Não eram raros os casos de condenação à morte por enforcamento, chicotada, palmatoada ou outras torturas denotadoras da mais alta barbaria e primitividade, a todo o africano que se negasse a aceitar as leis impostas nas suas terras (MAR, 1975: 29).

Essa ampla autonomia será um dos fatores constitutivos de uma aristocracia rural que em nada beneficiava a Coroa, exceto

por manter de alguma forma a presença lusitana na área. A administração real tentará inutilmente, por diversos momentos, interferir e regulamentar a atuação daqueles senhores na região, limitando as dimensões de suas propriedades, proibindo o casamento de senhoras brancas com indianos ou africanos ou mais simplesmente fazendo-os pagar o foro (SERRA, 2000: 252; PÉLISSIER, 1987: 80).

José Capela, historiador português que viveu e dedicou a maior parte de suas investigações à História de Moçambique, responsável por uma introdução histórica ao romance, afirma que este tipo de senhorio dá origem a um *ethos* zambeziano: “Gerou-se uma miscigenação biológica e cultural sem paralelo com o picante de as culturas alienígenas invasoras terem sido subvertidas pela cultura indígena prevalecente” (SAN BRUNO, 1999: v).

O mesmo Capela faz um excelente resumo sobre o ambiente onde se desenvolve o romance Zambeziana. Depois de afirmar a presença de mestiços e “africanos de raiz”, além de europeus e reinóis de Goa, o historiador descreve o lugar onde viviam os *mozungos*:

O centro social do prazo era o luane, onde se situa a residência do senhor e anexos. É à volta do luane que residem os escravos de serviço à casa senhorial. Entre estes se destacam os achicunda. São os homens de confiança do senhor, sua guarda pretoriana, machileiros¹, guerreiros, caçadores, chefes de expedições comerciais pelo interior (moçambazes) ... (SAN BRUNO, 1999: IV).

Os escravos militarizados, os achicundas ou chicundas, eram mais importantes que os colonos livres, constituíam uma casta de guerreiros hereditários, encarregados de impor a lei do senhor dos prazos aos colonos e de protegê-lo de inimigos internos e externos (PÉLISSIER, 1987: 83).

Economicamente a vida do prazeiro era baseada em pilhagens feitas durante incursões aos territórios de soberanos africanos ou chefes menos poderosos. A substituição do comércio de marfim

e ouro pelo de escravos que tem início no século XIX dará origem a um enfraquecimento dos prazos.

Os senhores de prazos dos três primeiros decénios do século XIX sacrificaram-lhe tudo, matando desse modo a galinha dos ovos de ouro ao exportar os seus próprios colonos e até os chicundas, quer dizer: renunciaram primeiramente à agricultura e depois à defesa dos seus domínios (PÉLISSIER, 1987:83).

Os prazeiros enfraquecidos tornam-se suscetíveis aos ataques de reinos nativos vizinhos: Monomotapa, Barué e Angunes, restringindo continuamente suas áreas. A partir destes acontecimentos a sociedade dos prazos entra em decadência até o seu desaparecimento. A rápida descrição que fizemos nos permite perceber a característica híbrida que marcou essa sociedade. Não eram estabelecimentos coloniais como os que surgiram no litoral, na ilha de Moçambique, Beira, Inhambane ou Lourenço Marques; tampouco reinos nativos como Barué, Gaza. Nestas sociedades a marca era a mestiçagem seja nas práticas culturais, no uso da língua ou nas relações sociais criadas. O senhor dos prazos constrói ao redor de sua propriedade uma aringa, uma fortificação, semelhante ao que fazem os soberanos nativos; institui fortes laços familiares casando-se livremente com negros, indianos, baneanes², mestiços; institui um exército particular; organiza a produção e as expedições de caça a elefantes ou a escravos, de acordo com a época; submete missionários e funcionários governamentais ao seu controle.

A decadência desta sociedade irá coincidir com o estabelecimento de novas relações entre colônias e metrópoles, relações estas ditadas pelo olhar “civilizacional” que institui um papel específico para os povos europeus nas áreas colonizadas.

O romance *Zambeiana*, que nos propomos a analisar, revela-se um precioso documento sobre as novas representações que se constituem em relação à África e este é um dos motivos que explica sua reedição pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM),

quase setenta anos após sua publicação anterior (1999). Na presente edição o texto é precedido por duas introduções: uma histórica escrita por José Capela, e a segunda, um comentário crítico, escrito por Fátima Mendonça. Segundo Capela, o autor Felipe Emílio de Paiva, vivenciou algumas das experiências descritas no romance como membro da Marinha Portuguesa, na Divisão Naval do Índico, entre 1899 e 1901.

O tempo do romance representa o momento em que Portugal pressionado pela expansão européia na África, pelos resultados da Conferência de Berlim, pelas imposições inglesas, se vê obrigado a promover uma ocupação mais efetiva das áreas que reclamava como suas colônias. Paulo, o protagonista, durante seu deslocamento para a região dos prazos, na Zambézia, viaja por regiões cedidas em arrendamento às Companhias Inglesas (*British Chinde*, 1892), e irá descobrir ao longo do romance as limitações do domínio colonial português. Sua personagem é porta-voz de um discurso ufanista e laudatório da ação colonial portuguesa: “...Paulo via bem quanta dedicação, quanto valor seria necessário para pôr ao abrigo das cobiças das nações estrangeiras os grandiosos restos da nossa África” (SAN BRUNO, 1999: 32).

O questionamento sobre a pouca divulgação promovida pela Metrópole sobre suas colônias (SAN BRUNO, 1999: 32) é um dos aspectos tratados pelo autor e já indicado no prólogo do romance, no qual adota o recurso literário de apresentar o material como se os mesmos tivessem sido casualmente encontrados por um tal Carlos Crispim da Cunha Carvalho, em 1925, durante um leilão, que se propôs a publicar os referidos manuscritos como uma forma de divulgar os feitos lusitanos, à semelhança do que faziam outras potências coloniais:

...A Inglaterra e a França têm hoje uma literatura admirável ligada às suas colônias, estando a seguir-lhe o exemplo a Bélgica, a Holanda e a Itália.

A literatura é, de facto, um dos factores de propaganda de resultados mais seguros e mais rápidos, interessando a maior parte pelos assuntos coloniais à maneira romanesca como são apresentados (SAN BRUNO, 1999: 5).

Esses argumentos justificam a divulgação da novela que relata aspectos “pitorescos” da vida ultramarina, tendo a mesma sido publicada em 1927, pela Tipografia do Comércio de Lisboa.

É interessante assinalar como um autor de um romance do início do século percebe e chama a atenção para uma nova forma de atuação do imperialismo a partir do século XIX. Said denomina esse novo momento de “contexto imperial”, que exige não apenas a expansão geográfica e econômica, mas também, uma intervenção no aspecto cultural, seja na literatura ou na arte, constituindo um aparato que atua como uma espécie de “propaganda do império em expansão” responsável pela construção de um olhar ocidental que estabelece “a noção que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas a dominação” (SAID, 2005: 40).

O narrador do romance, um oficial da marinha portuguesa, designado ao comando de um vapor que navegava no rio Zambeze, produzirá um discurso que mistura a narrativa de viagem com a narrativa colonial, obedecendo, segundo Fátima Mendonça na Introdução, a “estereótipos reconhecíveis, desde a ‘superioridade’ europeia ao louvor de sua ação ‘civilizadora’, justificação maior da escravatura e da colonização” (SAN BRUNO, 1999: XII). Na construção desse olhar estão presentes os elementos que opõem civilização e natureza e revelam o que há de “exótico” nos novos espaços descritos. A descrição/expectativa que o personagem tem sobre a Zambézia, região para onde fora designado em uma nova missão, já traz as marcas do que Said afirma ser a construção do olhar ocidental sobre a colônia: “Ia então ver essa Zambézia ignorada e torva de paludismos mortais! Terra de maravilha e de mistério...” (SAN BRUNO, 1999: 10).

Ao longo de todo o livro a natureza apresenta-se, à semelhança do que pode ser observado em romances de outras nações, como o texto de Conrad, *O Coração das Trevas* (CONRAD, 2002: 70-71), como alguma coisa agressiva e violenta e os personagens europeus movimentam-se nela com dificuldade devido ao calor, às chuvas torrenciais e incontrolláveis, aos animais selvagens que podem ser encontrados muito perto das residências, compondo um quadro que consolida o imaginário que foi construído pelo imperialismo sobre a natureza na África.

Correu à porta do terraço atravessando a casa de jantar, rescaldado pelo calor abafadíssimo e então viu com pasmo cataratas de água a despenharem-se em peso do céu que parecia desfazer-se em água.... Era o dilúvio! ... era o caos! ... era magnífico! (SAN BRUNO, 1999: 58).

Esses estereótipos e representações produzidas pelo Ocidente voltam-se, também, para a construção da figura do nativo: “Os seis machileiros de Paulo, hércules negros de fortes arcaboços, arquejantes da carreira, tendo a frente o membrudo, gigantesco Sambô, transportavam com leveza e velocidade os seus oitenta e sete quilos de peso” (SAN BRUNO, 1999: 79).

A mesma construção estereotipada que ressalta a força física do negro, descreve também seu comportamento irracional, como pode ser observado na descrição de Zudá, membro de uma casta de guerreiros, fugido de suas terras devido a conflitos entre prazeiros e autoridades nativas e protegido de N’Fuca, a *Dona do luane*:

Zudá tornara a curvar a sua alta estatura, a cabeça descaíra-lhe sobre o peito negro e sujo, a face readquiria o seu aspecto bestial, a voz enrouquecera, e foi com o olhar amortecido, a pupila vítrea, amarelada e raiada de sangue, que Zudá começou então a murmurar, como se ninguém o escutasse e falasse consigo mesmo ... e depois riu-se silencioso num esgar horrendo, que lhe punha a dentuça amarelada à mostra, com os dois incisivos superiores limados em bico, e rematou por fim o seu monólogo ... (SAN BRUNO, 1999: 247- 249).

É em torno da figura de dona Rosário, a N'Fuca, que gira a intriga presente no romance. Sua figura belíssima, enigmática e poderosa é responsável por uma rede de relações que envolvem *o luane*, abrangendo desde o fiel guerreiro Zudá até um grande número de mainatos³, moleques e negrinhas, além da forte presença junto às autoridades locais. Amante do Teixeira, administrador de uma empresa de produção de copra, a Madal, dona Rosário é a representação da decadência do Sistema de Prazos, sua propriedade (o *luane*) procura conservar a ostentação e o poderio de seus ancestrais em tempos passados (SAN BRUNO, 1999: 163-165), mas não consegue competir com os novos tempos e a influência exercida por empresas estrangeiras que gradualmente se instalam em território moçambicano. Resta a N'fuca, segundo o narrador, manter seu prestígio utilizando seus atributos femininos para dominar administradores e autoridades:

Esta N'fuca, descendente de brancos, tendo misturado nas veias sangue vátua e sangue radjiputi, crescida sob a influência da Dona Vitória, já velha e meio barbarizada, ardendo-lhe no sangue todas as voluptuosidades orientais de uma indu arya, deu o que não podia deixar de dar: uma fogaosa compleição de mulher, encerrada no corpo provocante e sedutor de uma Vênus zambeziana (SAN BRUNO, 1999: 166).

Revoltada com o Teixeira que parte para Portugal e se recusa levá-la, prepara uma vingança cruel, uma cobra que, por acidente, acaba por atacá-la levando-a à morte.

Fátima Mendonça comentando as construções ideológicas produzidas pelo romance colonial chama a atenção para um aspecto marcante na narrativa examinada: as representações sobre a sexualidade da mulher africana. Tais representações são exaustivamente exploradas na personagem de N'fuca:

Oh! o Sr. Tenente não imagina ... desde criança que é um agregado de vícios demoníacos da lubricidade e o que tem de

terrível é que seu olhar, quando pousa nos homens brancos, é tão cristalino e suave que ninguém dirá que ela tem o segredo de os endoidecer com sensualidades simiescas, e arranja sempre uma tal cara ...Quem olha para ela não acredita! É uma esfinge... (SAN BRUNO, 1999: 145).

Um fruto exótico destas lindas regiões, e foi nessa época que ela começou a produzir nos homens o efeito de os dementar, de os enlouquecer com suas profundas lascívias que se fixam como um ferro em brasa nos cérebros dos amantes, pondo-os à disposição, sem vergonha, sem brio... na promessa da volúpia suprema que ela sabe provocar esquisitamente (SAN BRUNO, 1999: 166-167).

Essas representações, sistematicamente produzidas na literatura sobre as colônias, acabam por fazer parte do próprio imaginário do colonizado, que irá incorporar tais estereótipos, querer negar sua origem e construir personalidades neuróticas, como demonstrou Fanon em seus estudos sobre a construção do preconceito contra o negro (*Pele Negra e Máscara Branca*, 1970). Para Fanon, no mundo do branco o negro tem dificuldade de elaborar seu *esquema corporal* e para isso utiliza elementos proporcionados pelo branco: detalhes, anedotas, relatos. O corpo responde pela raça, pelos antepassados, pela antropofagia, pelo atraso mental, pelo fetichismo (FANON, 1970: 147).

Observa-se assim, que apesar da afirmação de Said, que acredita ser mérito da Inglaterra e da França a construção, por meio da literatura, de uma “estrutura de atitudes referenciais” (SAID, 2000: 24), também em Portugal é possível encontrar contribuições para aquelas representações que ficaram impressas nas relações coloniais. Mas, a particularidade que observamos no romance *Zambeiana* e que queremos ressaltar aqui é o papel que essa narrativa cumpre nessa transformação das relações entre Portugal e suas colônias. A intencionalidade do autor, em nenhum momento escamoteada, pretende inscrever-se ao lado daquelas obras produ-

zidas pela literatura inglesa e francesa em que a presença híbrida e mestiça é inaceitável.

A vitória do colonialismo moderno exige um distanciamento entre colonos e colonizados. Lourenço Macagno, ao analisar a “Geração 95”⁴, atribui a esse período a construção das categorias para pensar Moçambique, num processo que, ao mesmo tempo em que pregava a tolerância e respeito aos “usos e costumes”, propunha a classificação dos mesmos, ou mais exatamente, a sua produção, por meio do “poder de nomeação”. Esse “saber” em relação aos povos da colônia transformaram as instituições locais em categorias homogeneizantes sob aquela denominação, ao mesmo tempo em que criaram o distanciamento necessário entre indígenas e metropolitanos. Esses argumentos e atitudes sustentaram o discurso colonizador possibilitando “sacrificar a outorga de plenos direitos de cidadania em virtude da aplicação discriminada da lei de acordo com o estado de evolução das populações”; possibilitaram, ainda, “a defesa de uma assimilação gradual, na qual o disciplinamento do trabalho constituiria a primeira etapa na evolução” (MACAGNO, 2001: 86).

No romance *Zambeziã*, Paulo demonstra profunda impaciência em relação aos aspectos híbridos que marcaram o Sistema de Prazos. Logo em sua primeira incursão em território moçambicano, ao visitar a Intendência do Chinde, manifesta estranhamento em relação à paisagem encontrada:

Era um vasto barracão construído sobre o areal e Paulo, ao aproximar-se, avistou com surpresa nos quatro ângulos do telhado, alvejantes de brancura, quatro gigantescas caveiras.
- Ora não há! Isto me parece a cubata de honra da aringa de um chefe indígena! (SAN BRUNO, 1999: 35).

Em outro momento, Paulo especula sobre as vantagens de uma aproximação com “alguma sinhara, que fosse jovem e riquinha... bem apetrechada de luanes, e cozinheiros”. Ele é alertado por seu companheiro, Lucena, que tal hipótese não é impossível e existiam

até algumas raparigas educadas pelas Irmãs, mas isso não evitaria que elas tivessem “um contato íntimo com a vida cafre real é o que afinal todas fazem... apesar da educação cristã da Irmanzinhas e dos Missionários” (SAN BRUNO, 1999: 64-65).

A recusa e o temor em adotar uma vida cafre real estão presentes em diversos momentos do romance e Paulo mantém sempre uma posição de crítica em relação a todos os que o rodeiam e que se deixaram vencer pelos humores, miasmas, que marcam a tórrida colônia: “Era com certeza influência do micróbio africano, do clima de África que actua no sistema nervoso do colono irritando-o...” (SAN BRUNO, 1999:37).

A curiosidade do narrador em conhecer a história da colônia e querer apresentá-la como grandes feitos lusitanos não impede uma crítica constante à forma como até aqui esse processo estaria sendo conduzido:

Aquela mulher inteligente, bonita, desdenhada moralmente por ser de cor, poluída pelo branco colono, essa linda zambeziana, era a realização plástica do abandono ignorante de Portugal da sua esplêndida colônia durante tantos anos passados! ...

Não seria possível ressuscitar, com outros meios de acção mais progressivos, mais metódicos e mais científicos, a faustosa opulência antiga, vaidosa e semi-bárbara? (SAN BRUNO, 1999: 210).

A busca de uma forma de exploração metódica e científica inscreve o narrador no imaginário racionalista que presidiu a nova fase da expansão colonialista e a construção de uma cultura imperial no final do século XIX. O narrador reconhece a antiguidade, a força e a persistência da presença portuguesa naquela região oriental da África, mas se recusa a aceitar as formações culturais que ali se forjaram ao longo de todos esses séculos. Seu quadro referencial configurado pelo cientificismo ocidental o leva a ver na sociedade zambeziana uma cultura portuguesa conspurcada, contaminada pela influência selvagem decorrente do abandono da

Metrópole.

Imerso no discurso da missão civilizadora europeia Emílio de San Bruno é incapaz de aceitar aquilo que sua crítica faz revelar, a existência de uma cultura híbrida que surge das experiências decorrentes das relações entre diferentes culturas e que impede qualquer tentativa de querer analisar as sociedades coloniais como estruturas bipolares demarcadas por colonizados e colonizadores. O processo colonial forjou inúmeras representações produzidas por diferentes sujeitos sociais que foram construindo pontes entre múltiplas tradições e temporalidades. *Zambeziana* nós dá um exemplo dessa rede de relações, desse entre-lugar produzido pela situação colonial e que deve estar presente em qualquer reflexão sobre a experiência colonial.

Notas

- 1 Machileiros é o nome dado aos homens que carregam as cadeirinhas para transporte de pessoas.
- 2 Comerciantes hindus que trocavam tecidos por ouro e marfim.
- 3 Cozinheiros.
- 4 Grupo de comandantes e administradores portugueses (Freire Andrade, António Enes, Eduardo Costa, Aires Ornelas, Eduardo Galhardo e Mouzinho de Albuquerque), que combateram os últimos impérios e reinos africanos, entre eles o reino de Barué e o imperador de Gaza: Gungunhana.

Bibliografia

- CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.
- FANON, Frantz. *¡Escucha, blanco!* Barcelona: Ed. Nova Terra, 2ª ed., 1970.
- MACAGNO, Lorenzo. “O discurso Colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a “Geração 95”. In: FRAY, Peter (org.). *Moçambique*. Ensaios. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- MAR, Eli J. E. *Exploração Portuguesa em Moçambique*. 1500-1973. Dinamarca: African Studies Editorial, 1975.

Maria do Carmo Ferraz Tedesco

- PELISSIER, René. *História de Moçambique*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- SAN BRUNO, Emílio. *Zambeiana*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SERRA, Carlos (Dir.). *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 2000. Volume 1.